



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10415 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS CLASSES POPULARES: encontros e diálogos
entre iguais e diferentes

Fabiana Eckhardt - UCP - Universidade Católica de Petrópolis

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS CLASSES POPULARES:

ENCONTROS E DIÁLOGOS ENTRE IGUAIS E DIFERENTES

O presente trabalho apresenta uma pesquisa em andamento que problematiza a formação inicial de professor@s oriund@s das classes populares, objetivando reconhecer movimentos de descolonização no curso de Pedagogia de uma universidade comunitária situada no estado do Rio de Janeiro. Utiliza-se de um levantamento de temáticas escolhidas para a realização dos trabalhos de conclusão de curso apresentados nos anos de 2019 e 2020. Desse levantamento, destaca-se o interesse crescente de discussões acerca das questões de gênero e étnico-raciais. A busca pelos referenciais teóricos abordados e das conclusões sinalizadas levou-nos a uma reflexão inicial sobre a igualdade entre diferentes a partir dos conceitos de “confluência” (SANTOS, 2015), “encontro” (DUSSEL, 1993) e “diálogo” (FREIRE, 2004).

Palavras-chave: Formação de Professor@s; classes populares; diferença; igualdade.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento que nasce de reflexões derivadas de uma tese de doutorado acerca da inserção de estudantes oriund@s das classes populares no curso de pedagogia em uma universidade comunitária na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

O primeiro estudo tinha como objetivo principal (re)pensar a formação de professor@s no curso de pedagogia a partir das demandas e expectativas de um grupo de estudantes que traziam para a universidade experiências distintas das esperadas nesse espaço. Esse grupo, formado por vinte e sete mulheres e um homem, reunia pessoas de diferentes cidades, de diferentes faixas etárias, com diferentes experiências escolares, mas com um ponto em comum: sujeitos das classes populares, trabalhador@s nos mais diversos campos.

Essa pesquisa, demonstrou como motivação desses sujeitos para a realização do curso de pedagogia, a ascensão econômica - motivação sinalizada em outras pesquisas cujo resultado tem grande circulação -, a ampliação do universo cultural e social, além do que foi interpretado como compromisso com as classes populares.

O compromisso dos sujeitos da pesquisa com as classes populares, nem sempre consciente, apareceu quando @s estudantes destacaram como relevantes no processo de formação discussões que visibilizavam a presença do que denominavam por “marcadores sociais da diferença”. Denunciaram sentirem falta de metodologias que auxiliassem no rompimento de uma classificação que se apresenta no cotidiano como “natural” colocando os sujeitos em diferentes posições sociais definidas pela cor da pele, pela idade, pelo gênero, pelo tipo de trabalho que exercem, entre outros.

A percepção da perversa classificação dos sujeitos a partir de suas diferenças, ao lado do reconhecimento do lugar que ocupavam nessa classificação, encorajou @s estudantes na luta pela igualdade de seus direitos, realizando um importante deslocamento, definido na pesquisa como “sentimento de humilhação para o “sentimento de periferia”. O “sentimento de humilhação”, quando lido e compreendido como opressão, alimentado por uma educação/formação dominadora incentivando a negação dos sujeitos das classes populares, possibilitou um deslizamento para o “sentimento de periferia”, reconhecendo-se como o “outro” (DUSSEL, 1993), aquele que não é o “ser”, mas é inteiro na sua diferença.

Desse resultado, surge uma nova pesquisa com a intenção de investigar que movimentos vão se constituindo neste curso, na direção do que foi interpretado como compromisso com as classes populares e possíveis movimentos de descolonização da pedagogia. Nesta nova pesquisa, com outros sujeitos, é possível perceber no cotidiano da formação que questões até então submersas ganham lugar de destaque. Essas questões podem ser percebidas a partir de um levantamento de temáticas escolhidas para a realização dos trabalhos de conclusão de curso nos anos de 2019 e 2020. Definidas pelas estudantes como “marcadores sociais da diferença” questões étnico-raciais e de gênero ganham força nas discussões. Dos dezessete trabalhos apresentados no ano de 2019, dez, trouxeram essas temáticas. No ano de 2020, dos catorze trabalhos apresentados, sete envolveram os temas gênero e raça.

O crescente interesse pelas temáticas gênero e raça, pouco presentes até então nos trabalhos de conclusão de curso, motivou uma investigação mais direcionada para o conteúdo dos trabalhos buscando identificar o referencial teórico utilizado e os seus resultados. Chamou-me a atenção, o fato de Paulo Freire aparecer como epígrafe de nove trabalhos, mas ter sido referencial teórico de apenas um dos dezessete trabalhos.

A frase “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, foi utilizada em cinco das nove epígrafes. Das quatro restantes, três usaram a frase “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens educam-se entre si, mediatizados pelo mundo” e a nona epígrafe do autor, diz respeito ao único trabalho no qual o autor aparece com o referencial teórico-metodológico e que tratou da alfabetização das crianças das classes populares.

Os trabalhos trazem experiências encarnadas, apontam desigualdades e centram as discussões nas dificuldades, na falta ou no fracasso escolar. Para encaminhar a reflexão acerca da presença da diferença nos trabalhos de conclusão de curso concentrando denúncias e não propondo anúncios, busco dialogar com Paulo Freire, Enrique Dussel e Antônio Bispo dos Santos, a partir dos termos diálogo, encontro e confluência.

Primeiras reflexões sobre a pesquisa, últimas palavras deste trabalho: nem tudo que se ajunta se mistura

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas. Transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta. Por assim ser, a transfluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento monista do povo monoteísta. É a partir dessas leis que se geram os grandes debates entre a realidade e a aparência, ou seja, entre o que é orgânico e o que é sintético (SANTOS, 2015, p.89).

Antônio Bispo dos Santos, conhecido como nêgo Bispo, nos propõe uma discussão sobre os termos confluência, transfluência e influência. Na elaboração da confluência como conceito, utiliza-se da observação do movimento das águas. Rios que seguem caminhos distintos, nascem em lugares distintos, se confluem, pois ainda que sejam outros rios, são todos água. O conceito de transfluência, que também possibilita o encontro entre águas, trata do movimento da água pelo céu. São as chuvas, carregadas pelas nuvens que possibilitam que as águas que estão no Brasil, cheguem à África. Dessa forma, nos diz que a relação entre os povos africanos e os povos originários no Brasil é constituída por confluência, apesar de diferentes, partilham modos de ser, de (con)viver. Já a inserção do colonizador buscando legitimar uma única forma de ser e de viver, a sua, não conflui, mas influi. Influência que se dá violentamente, impedindo a diversidade, a diferença.

Neste recém-iniciado contato com o mestre quilombola, retomo meus estudos e percebo similaridade com o pensamento de Enrique Dussel e Paulo Freire, referências há mais tempo presente nos estudos que venho desenvolvendo sobre a formação de professoras das infâncias. Assim, como nêgo Bispo nos provoca a pensar a impossibilidade de “confluência” entre os quilombolas, povos originários e os colonizadores, Dussel (1993) nos dirá da impossibilidade de “encontro” quando na relação há intenção de exploração. O encontro para o filósofo acontece quando existe um movimento de uma pessoa em direção a outra, livre de qualquer tipo de opressão. E para Dussel, é esse encontro, o “cara-a-cara” que propicia o diálogo, pois sem escuta não há diálogo e sem respeito à diferença não há escuta. O encontro com a diferença, alimenta o diálogo e o potencializa. Para o exercício do diálogo não há de se esperar o consenso, mas uma horizontalidade na relação, no reconhecimento do outro como legítimo outro (FREIRE, 2004).

Percebo na compreensão dos três pensadores uma convergência: o diálogo, o encontro, a confluência, só se dá entre “iguais”, ainda que diferentes. Partimos da compreensão de que não há oposição entre os termos diferença e igualdade. É a desigualdade que se opõe à diferença. Considerando que todas as vidas são iguais em importância, não existe vida superior a outra e, portanto, não há justificativa para a qualquer tipo de exploração. A naturalização de uma classificação social e historicamente construída é que impede o reconhecimento da igualdade entre os diferentes.

As experiências encarnadas e as reflexões acerca das desigualdades enfrentadas pela classificação social ganham potência quando partem de um marco teórico que visibilize e potencialize a diferença. Sendo o diferente, o outro negado, aquele que “não-é”, há de se buscar uma outra teoria, outra epistemologia, na qual seja reconhecido na sua diferença como uma vida igual a qualquer outra.

Referências Bibliográficas

DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do Outro (A Origem do “Mito da Modernidade”)*: conferência de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Ciasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.